



POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Simone Assis Medeiros

Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras, Brasil.

E-mail: siamedeiros@biblioteca.ufla.br

Patrícia Aparecida Ferreira

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras, Brasil.
Professora da Universidade Federal de Lavras, Brasil.

E-mail: paf@dae.ufla.br

Resumo

O artigo procura compreender as principais atividades relativas à implantação de Repositórios Institucionais (RIs) em onze instituições de ensino superior brasileiras, bem como a formulação de suas Políticas Institucionais de Informação (PIIs). Trata-se de uma pesquisa descritiva. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado questionários disponibilizados por meio do *Google Docs*, respondido por responsáveis pelos RIs das onze instituições de ensino superior pesquisadas. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo. Concluiu-se que, com a experiência de implantação das instituições analisadas, foi possível verificar que questões gerais norteadas pelo edital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que previa a distribuição de kits tecnológicos para apoiar as universidades e instituições de pesquisas públicas na implantação de RIs, foram assumidos quase em sua totalidade pelas instituições pesquisadas. A principal limitação na implantação foi quanto à questão da obrigatoriedade do depósito, pois as instituições não conseguiram tornar o depósito das publicações obrigatório, não atendendo, assim, esse critério previsto pelo IBICT. Quanto à política do IBICT ela apresenta limitações, pois o prazo estipulado foi inferior à necessidade de tempo para a implantação e faltou apoio no que diz respeito aos treinamentos. Quanto as atividades para implantação dos RIs, as principais dificuldades apontadas pelas instituições pesquisadas foi quanto à elaboração da política de funcionamento do RI, a falta de uma política mandatória, a falta de apoio institucional e à falta de sensibilização por parte dos pesquisadores.

Palavras-chave: Política pública de acesso aberto. Repositório Institucional. Política Institucional de Informação. Implementação.

PUBLIC POLICY OF OPEN ACCESS TO SCIENTIFIC PRODUCTION: A STUDY ON THE IMPLEMENTATION OF INSTITUTIONAL REPOSITORIES IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Abstract

This article aims to understand the main activities related to the implementation of Institutional Repositories (IRs) in eleven Brazilian higher education institutions as well as the creation of its Institutional Information Policies (IIP). This is a descriptive research. As an instrument for data collection was used questionnaires available through Google Docs, which were answered by the professionals responsible for the IRs in the eleven higher education institutions surveyed. The data were subjected to a

content analysis. Through the experience of the implementation in the institutions analyzed, it was concluded that the general questions guided by the IBICT edict, which provided the distribution of technology kits to support universities and public research institutions in the implementation of IRs, were taken almost in its entirety by the institutions surveyed. The main limitation in the implementation was about the issue of mandatory deposit, because the institutions have failed to make the required deposit of publications, thus not meeting this criterion provided by IBICT. Concerning the IBICT policy, it presents limitations because the deadline established was too short to the implementation process and lacked support in regards to training. During the activities for the implementation of IRs, the main difficulties cited by the surveyed institutions were on the preparation of the IRs operating policy, the lack of a mandatory policy, the lack of institutional support and lack of awareness on the part of researchers.

Keywords: *Public open access policy. Institutional Repository. Institutional Policy Information. Implementation.*

1 INTRODUÇÃO

O estudo de políticas públicas busca compreender o papel do Estado e suas implicações na sociedade contemporânea. Isso significa observar as formas de interação e relações entre esses atores. Dentre os temas que permeiam o campo das políticas públicas no Brasil, observa-se atualmente uma preocupação do Estado em relação à disponibilização de informações das atividades de ciência, tecnologia e pesquisa por intermédio de suas instituições federais de ensino superior.

Essa preocupação com as políticas públicas de informação no Brasil iniciou-se na década de 50, com o desenvolvimento científico e tecnológico, o qual deveria também garantir a difusão da informação por meio de Políticas de Informação Científica e Tecnológica (ICT). De acordo com Albagli (2009), estruturou-se nesta época um arcabouço político-institucional orientado para a informação científica e tecnológica, como campo específico e estratégico do Estado, com o objetivo de promover ciência e tecnologia. Neste cenário, foram criadas instituições para o planejamento e implementação de uma política científico-tecnológica, como por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje denominado de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Vale destacar também a importância das universidades brasileiras enquanto atores participantes da política de informação em ciência e tecnologia. De acordo com Leite (2007), as universidades representam o celeiro principal da produção do conhecimento científico e constituem-se em um campo fértil para a aplicação e o estudo da gestão do conhecimento e inovação. Esse pressuposto, segundo esse mesmo autor, fundamenta-se em duas questões principais: as atividades da universidade estão diretamente relacionadas com a produção e a comunicação do conhecimento científico e a universidade, por construir um sistema científico maior, está envolvida por uma cultura científica que deve prezar e privilegiar o compartilhamento do conhecimento que é constantemente produzido.

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), sobretudo, a partir da década de 1990, a política de informação em ciência e tecnologia ganhou novo contorno, no que diz respeito à geração, coleta, fornecimento, acesso e divulgação de informações das pesquisas no Brasil.

Com o uso das TICs, a comunicação da produção científica tomou maior dimensão com a publicação em meio digital, quebrando as barreiras geográficas, de tempo e de acesso, proporcionando uma espécie de conforto operacional ao criar condições adequadas para o aumento não somente da pesquisa de cunho científico, mas também da avaliação e da classificação da produção científica (DUARTE; RODRIGUES, 2012; RIBEIRO JUNIOR et al., 2012).

Nos últimos anos, têm crescido exponencialmente o debate e as iniciativas relacionadas à democratização do acesso à literatura científica e aos sistemas de informação em ciência e tecnologia. Associada a esta questão, o Acesso Aberto (*Open Access* – AO) desponta como uma solução para uma nova comunicação científica colaborativa, juntamente com veículos complementares, tais como as revistas de acesso aberto e os repositórios digitais. Esse Movimento pelo Acesso Aberto à Informação Científica permite que os usuários pesquisem *links* ou textos completos de artigos, sem barreiras econômicas, legais ou técnicas na internet (BONGIOVANI; GOMEZ; MIGUEL, 2012; XIA, 2012).

A utilização de repositórios é apontada por Kuramoto (2006) e Leite (2009) como principal solução para o acesso aberto, visto que surgiram como alternativa ao tradicional sistema de comunicação científica, visando dar acesso imediato e amplo a trabalhos de investigação resultantes de atividades científicas.

De acordo com Costa e Leite (2009), os Repositórios digitais podem ser subdivididos em três tipos: a) repositórios disciplinares ou temáticos que tratam da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular; b) repositórios de teses e dissertações, que lidam exclusivamente com teses e dissertações; e c) repositórios institucionais (RIs), dedicados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa. Dentre esses tipos de repositórios, observa-se que o repositório institucional (RI) é o mais abrangente, pois conforme descreve Lynch (2003), ele representa um conjunto de serviços que uma universidade pode oferecer aos membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais criados pela instituição, como forma de preservação, de organização, de acesso ou de distribuição.

Como o movimento de acesso aberto vem ganhando destaque no cenário mundial, alguns países e agências de financiamento de pesquisas instituíram políticas de informação mandatórias exigindo a obrigatoriedade dos pesquisadores em disponibilizar os resultados de pesquisas financiadas com dinheiro público. No Brasil, apesar de não existir ainda uma política que exija essa obrigatoriedade, observa-se que o governo brasileiro vem desenvolvendo ações para garantir a disseminação e acesso à produção científica do país.

Atualmente o IBICT em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) vem apoiando as universidades e as instituições de pesquisas no desenvolvimento de RIs, por meio do edital FINEP/PCAL/XBDB, no ano de 2008 e 2009, para a distribuição de kit de tecnológicos para o desenvolvimento de RIs, com a finalidade de promover o acesso e a divulgação da produção científica brasileira. Buscando o uso das ferramentas de tecnologia aliadas com o acesso livre, as instituições estão descobrindo nos RIs uma nova forma de promover o acesso e disseminação da comunicação científica de forma rápida e eficaz.

No entanto, apenas a criação do RI não é garantia de sucesso. O ideal é que o país tenha uma política de informação científica consolidada, obrigando que os pesquisadores que tiveram suas pesquisas financiadas com recursos públicos depositem seus trabalhos no RI. Uma política com esta finalidade já está tramitando no Senado Federal por meio do Projeto de Lei nº 387/2011. Contudo, até que seja aprovada, as universidades dispõem da possibilidade de formular uma política institucional de informação (PII) que torne obrigatório o depósito da produção científica dos membros das instituições em seus RIs, propiciando assim visibilidade de sua produção científica.

A implantação de um RI em uma universidade prevê algumas atividades que estão compreendidas entre a escolha do software que será utilizado até a elaboração das políticas que regerão o funcionamento do repositório. Fundamentando nos estudos de Leite (2009), Prestes (2010), Tomaél e Silva (2007) e Viana e Mardero Arellano (2006), essas atividades podem ser denominadas de: a) planejamento do repositório; b) política de gerenciamento; c) software; d) política de conteúdo; e) plano de marketing e/ou estratégia de comunicação; f)

política de submissão/depósito; g) política de acesso à informação; h) política de direitos autorais; i) política de preservação digital.

Considerando todas essas questões que permeiam a política de informação em ciência e tecnologia no Brasil, esse artigo procura compreender as principais atividades relativas à implantação de Repositórios Institucionais (RIs) em onze instituições de ensino superior brasileiras, bem como a formulação de suas Políticas Institucionais de Informação (PIIs).

O artigo foi estruturado de modo a apresentar um breve contexto sobre política pública de acesso aberto no Brasil, as principais noções de repositório institucional; bem como os procedimentos metodológicos, resultados da pesquisa e as considerações finais.

Por fim, acredita-se que, para construir uma política e um sistema de gestão eficiente, a experiência de outras instituições possa ser utilizada como uma possível fonte para subsidiar decisões e ações, bem como contornar possíveis problemas.

2 POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO ABERTO NO BRASIL

A ciência é composta por um conjunto de atores denominado comunidade científica, que, segundo Costa (2006, p. 166) incluem “os pesquisadores, os bibliotecários, os provedores de acesso à internet, os centros de computação, editores, agências de fomento, etc.”. Ainda segundo esse autor, essa comunidade científica definiu que os periódicos científicos (ou revistas científicas) seriam o canal para a divulgação dos resultados de suas pesquisas. Assim, desde a sua criação, o periódico científico aparece como principal instrumento para a difusão da informação científica e tem como objetivo acelerar o processo de disseminação de conhecimento e de propiciar visibilidade aos resultados das pesquisas.

Contudo, a aparente estabilidade do sistema de comunicação científica mundial foi abalada quando estourou a chamada crise dos periódicos, em meados da década de 1980. O ponto principal da crise foi a impossibilidade das bibliotecas universitárias e de pesquisas americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários (MUELLER, 2006). Essa crise foi consequência da excessiva elevação nos preços das assinaturas de periódicos científicos, que dificultou o seu acesso por parte de pesquisadores de várias partes do globo terrestre. A crise dos periódicos durou algumas décadas, mas como as tecnologias foram se desenvolvendo e se aprimorando, novas formas de disponibilizar o conhecimento científico foram criadas. Um dos grandes avanços tecnológicos na comunidade científica foi à criação dos periódicos científicos eletrônicos.

Paralelamente também foram surgindo movimentos da comunidade científica mundial em prol do acesso à informação científica, denominados de movimentos da filosofia aberta, como a Iniciativa dos Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative* - OAI) e o Movimento de Acesso Livre à Informação (*Open Access Movement* - OA). A filosofia aberta baseia-se nos conceitos de: a) software aberto (ou livre), para o desenvolvimento de aplicações em computador; b) arquivos abertos, para a interoperabilidade em nível global; e c) acesso aberto para a disseminação ampla e irrestrita de resultados da pesquisa científica (COSTA, 2006).

Os principais manifestos em favor do acesso livre foram: a Declaração de Budapeste, a Declaração de Bethesda, a Declaração de Berlim, o Manifesto Brasileiro de Apoio ao acesso livre à Informação Científica no Brasil, o projeto *Creative Commons*, entre outros.

Esses movimentos de acesso livre reforçaram um aspecto importante das políticas de informação científica, no que diz respeito à divulgação de pesquisas que são financiadas com recursos públicos. Segundo relatório divulgado pela Comissão da União Européia (EC, 2012) sobre dados abertos e circulação de conhecimento, a informação já paga pelo erário público não deve ser paga novamente cada vez que é acessada ou usada, ou seja, as políticas de acesso aberto na União Européia, segundo o *Open Access Infrastructure Research for Europe*

(OPENAIRE, 2012), devem garantir a maior visibilidade possível e combater o desperdício de recursos públicos do antigo sistema, em que os contribuintes pagam uma vez para o financiamento da pesquisa e uma segunda vez para o acesso aos seus resultados.

No Brasil, alguns órgãos vêm realizando de forma concreta iniciativas para promoção da informação em ciência e tecnologia, dentre os quais merece destaque a atuação do IBICT, que desde sua criação em 1954 vem desenvolvendo programas que priorizam as ações de difusão de informações em ciência e tecnologia.

Quanto ao movimento pelo acesso aberto à informação científica um dos projetos pioneiros foi a criação do portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em parceria com o Centro Latino-americano e do Caribe de informação em Ciências da Saúde (BIREME) e da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP), em associação com os editores de revistas científicas. A partir de 2002, a iniciativa passou a contar com o apoio do CNPq. Desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e particularmente na América Latina e Caribe, o projeto buscava explorar novas formas de comunicação eletrônica e melhorar a visibilidade da produção científica brasileira (ORTELLADO, 2008).

A partir de 2004, o IBICT começou a sensibilizar a comunidade científica quanto à importância do acesso livre ao conhecimento científico. Em 2005, Hélio Kuramoto e Sely Costa, colaboradores pertencentes ao quadro do IBICT, propuseram um manifesto em favor do acesso livre, entre os principais requisitos prevê a criação de RIs e que os pesquisadores depositem obrigatoriamente, em um repositório de acesso livre, as publicações que envolvam resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos. O Manifesto foi o primeiro desdobramento político no Brasil de um movimento internacional amplo de apoio ao livre acesso à informação científica (MARCONDES; SAYÃO, 2009).

Em 2005, por intermédio do uso de padrões como a Iniciativa dos Arquivos Abertos - *Open Archives Initiative* (OAI-PMH) e o Dublin Core, o IBICT teve condições técnicas para propor o desenvolvimento de um novo projeto, que foi submetido à FINEP. Esse projeto denominou-se Portal de Publicação Seriada de Acesso Livre (PCAL). Outra iniciativa do órgão foi à criação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), por meio da Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que instituiu a obrigatoriedade da divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos.

Vale destacar que o IBICT em 2007, articulou um projeto de lei junto ao Deputado Rodrigo Rollemberg, com o propósito de reforçar e dar respaldo às iniciativas de acesso livre no Brasil. Atualmente o projeto PLS nº 387/2011 está em tramitação no Senado Federal e determina as ações de adoção da política e dos RIs que se tornarão obrigatórias caso esse projeto de lei seja aprovado.

Segundo Kuramoto (2011), no Brasil o problema do acesso à informação científica tem sido amenizado devido ao Portal de Periódicos da Capes, mantido pelo governo brasileiro, e que oferece o acesso à maioria dos periódicos científicos à grande parte das universidades e de institutos de pesquisa públicos brasileiros. No entanto, segundo o autor, a falta de visibilidade dos resultados das pesquisas brasileiras permanece uma questão não resolvida. As ações promovidas por órgãos como IBICT e FINEP, juntamente com as universidades e com os institutos de pesquisas podem mudar este cenário, garantindo o acesso e a visibilidade da produção científica brasileira por meio da implantação de RIs.

Contudo, como destacado anteriormente apenas a implementação de RIs não é suficiente para garantir a visibilidade da produção científica devido a baixa adesão ao depósito voluntário. O que é proposto por alguns autores como Kuramoto (2009), Harnad (2006) e Xia et al. (2012) é que as instituições criem suas políticas institucionais para promover o acesso à informação científica.

De acordo com Xia et al. (2012), devido à falta de motivação suficiente para o autoarquivamento em RI criou-se a necessidade de uma política de mandato, ou seja, de depósito obrigatório. Esse requisito vem sendo aplicado no mundo todo, como o *National Institutes of Health* (NIH), o maior financiador de pesquisas médicas nos EUA, no Reino Unido, onde todas as pesquisas financiadas pelo governo têm políticas de acesso aberto. Além destes, outros países seguiram políticas semelhantes, essas incluem agências na Austrália, França, Áustria, Bélgica, Canadá, Alemanha, Irlanda, Itália, Espanha e Suíça (PINFIELD 2010).

Também no Brasil, dentre as questões cruciais para o desenvolvimento do RI, Kuramoto (2009) destaca a importância do estabelecimento de políticas que garantam o autodepósito por parte dos pesquisadores da instituição. Ainda segundo esse autor, nas instituições de ensino superior em que foram estabelecidos mandatos ou políticas tornando obrigatórios o registro e o depósito das teses e dissertações houve evolução e crescimento de suas respectivas bibliotecas. No entanto, nas instituições que não tiveram essa preocupação, as bibliotecas digitais continuam estagnadas. Para Rodrigues (2009), as instituições que obtêm melhores resultados e conseguem reunir e disponibilizar sua produção por meio de repositórios são as que têm políticas de depósito ou autoarquivo obrigatório. A taxa em torno de 10% pode subir até 30% ou 40% com ações de promoção e sensibilização, referendando os RIs.

Demarcado o contexto da política de acesso aberto no Brasil, o próximo tópico apresenta as principais noções sobre RI. .

3 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Em consonância com o Movimento de Acesso Livre a Informação, as primeiras iniciativas de repositórios de acesso aberto ocorreram nos anos 90. Em 1991, em Los Alamos, Novo México, EUA, surgiu o primeiro repositório digital de *pre-prints* – ArXiv.org – desenvolvido no laboratório de física coordenado pelo físico Paul Ginsparg (MARCONDES; SAYÃO, 2009). O desenvolvimento de RIs permitiu às universidades assumir o papel de editoras, modernizando os processos de publicação e divulgando a produção acadêmica em conteúdo digital. Segundo Marcondes e Sayão (2009, p. 9), “RI é uma biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir livre acesso via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição”.

De acordo com Costa e Leite (2009), a plena adoção de RIs traz consigo benefícios em todos os níveis: para a ciência como um todo, pois cria fluxos alternativos de informação útil para a ciência, e potencializa as funções da comunicação científica, isso reflete positivamente no avanço e desenvolvimento científico; para as instituições que o adotam, pois instituem ou sistematizam processos coerentes de gestão da informação científica; para o pesquisador, pois, além de gerenciar e dar visibilidade à sua produção, aumenta o impacto dos resultados da pesquisa, contribuindo diretamente para o aumento da sua própria visibilidade e prestígio.

Outro ponto positivo para o depósito da produção científica em repositórios é o aumento do número de citações, pois “os autores se destacam pela frequência com que são lidos e citados” (MUELLER, 2000, p. 26). O prestígio conquistado pelos periódicos e pelos cientistas é determinado por um sistema de avaliação baseado em indicadores, como a quantidade de publicações, índices de citação e visibilidade internacional. Apesar de existir muitas críticas quanto à validade do índice de citações alguns estudos foram realizados para determinar sua validação. Estudos mais recentes como de Xia, Myers e Wilhoite (2011) confirmaram que o número de citações em arquivos abertos é maior do que em arquivos fechados. Eles analisaram 875 artigos de revistas de acesso aberto e fechado. Concluíram que as citações em artigos de acesso fechado (3,28%) foram menores do que para citações em

arquivos abertos (5,41%). Segundo eles, os resultados mostram que existe uma vantagem estatisticamente significativa em citações de arquivos abertos.

Cullen e Chawner (2011) ressaltam que apesar dos argumentos apresentados quanto aos benefícios significativos com a implementação de RIs, tanto para o pesquisador individual quanto para a instituição, as evidências sugerem que as comunidades acadêmicas ainda resistem e têm sido lentas para responder. Van Westrienen e Lynch (2005) identificaram várias razões para essa não participação como: a) dificuldades para informá-los e convencê-los a participar; b) confusão e incertezas a respeito de questões sobre propriedade intelectual; c) crédito acadêmico e uso do material estocado (receio de plágio, por exemplo); d) a percepção de que os conteúdos de livre acesso sejam de baixa qualidade; e e) a falta de políticas obrigatórias para depósito. De acordo com esses autores, as principais dificuldades de implementação dos RIs se referem aos processos de gestão, às atividades de inserção de dados, à coleta de informações, aos direitos autorais e à resistência por parte dos pesquisadores. Outro fator é a baixa adesão ao depósito voluntário, que é relatado como um dos grandes fatores que podem levar o RI ao fracasso.

Esses aspectos influenciam negativamente no sucesso dos repositórios e representam desafios a serem transpostos por meio de apoio institucional e de maior divulgação a fim de buscar eliminar as possíveis resistências. Outra forma de conter essas barreiras e que tem sido amplamente usada em outros países e se mostrado como fator de sucesso dos repositórios é a inclusão do depósito obrigatório, como exposto anteriormente.

A construção de um RI envolve três etapas - planejamento, implementação e funcionamento - que são interdependentes e constituídas de atividades que devem ser cumpridas a fim de que a iniciativa de construção do RI seja bem sucedida (LEITE, 2009).

De acordo com o autor, estas atividades estão compreendidas entre a escolha do software que será utilizado até a elaboração das políticas que regerão o funcionamento do repositório, ou seja, ações que permitirão a criação da infraestrutura do RI.

Dentre essas políticas autores como (LEITE, 2009; PRESTES, 2010; TOMAÉL; SILVA, 2007; VIANA; MARDERO ARELLANO, 2006) destacam orientações para o conteúdo, a submissão/depósito, os direitos autorais, o acesso a informação, a preservação digital, o gerenciamento e marketing/comunicação (Quadro 1).

Quadro 1 - Políticas necessárias para implementação de um repositório institucional

POLÍTICAS PARA REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	
Política de conteúdo	Prevê os tipos e os formatos de documentos que serão aceitos e armazenados no repositório.
Política de submissão/depósito	A submissão de qualquer item ao RI consistirá da combinação do preenchimento de metadados e do carregamento do arquivo
Política de direitos autorais	Refere-se às questões de direitos autorais e autorizações de publicação, como definição de licenças e formas de acesso
Política de acesso à informação	Determina os níveis e perfis de permissões de acesso aos itens depositados no RI, abrangendo questões como padronização dos metadados e as restrições de acesso à informação.
Política de preservação digital	Deve orientar sobre a preservação digital dos documentos, definindo os tipos de documentos que serão preservados, bem como os requisitos tecnológicos mais apropriados.
Política de gerenciamento	Definição de uma equipe multidisciplinar, constituída por bibliotecários e analistas de sistemas, prevendo as competências e as responsabilidades de cada envolvido.
Política de marketing e/ou comunicação	Deve ser elaborada visando divulgação do RI e para esclarecer dúvidas e contornar dificuldades relacionadas aos direitos autorais, às barreiras tecnológicas, dúvidas operacionais.

Fonte: Adaptado de Leite (2009), Prestes (2010), Tomaél e Silva (2007) e Viana e Mardero Arellano (2006).

Para assegurar a implementação e o sucesso dos RIs, é necessário que estas políticas locais sejam instituídas por meio da PII, que deve prever as diretrizes e responsabilidades, buscando ainda garantir o depósito da produção científica institucional pelos pesquisadores.

4 METODOLOGIA

A pesquisa realizada se caracteriza como descritiva, a qual segundo Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Como instrumento de coleta de dados, elaborou-se um questionário misto composto por 42 questões, sendo 28 abertas e 14 fechadas, o qual foi enviado por e-mail para os gestores dos repositórios, aplicado por meio do Google Docs. As instituições poderiam marcar mais de uma opção para as questões fechadas. Como critério para a seleção das instituições a serem pesquisadas adotou-se o critério de que as mesmas deveriam ter instituído uma Política Institucional de Informação (PII) e a experiência com a implementação de RIs. Para tanto, pautou-se inicialmente nas instituições selecionadas no trabalho de Boso (2011), cujo objetivo era identificar e analisar as instituições federais de ensino superior (IFES) que mantinham RIs e PII instituídas e disponibilizadas aos usuários. Com base no trabalho dessa autora foi possível selecionar sete IFES: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Como no período de desenvolvimento dessa pesquisa já havia se passado aproximadamente dois anos da realização do trabalho de Boso (2011), fez também uma busca no ROARMAP, diretório que reúne todas as políticas dos RIs de acesso aberto no mundo. Das instituições citadas no ROARMAP que não foram contempladas no trabalho do Boso (2011), destacam-se: a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouça (ENSP); a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), uma das últimas a formular a sua PII.

Outra fonte de pesquisa para seleção das instituições foi o blog de Kuramoto, um dos principais incentivadores do acesso livre no Brasil e com várias publicações sobre o tema. Por meio das informações desse blog, incorporaram-se mais duas instituições: a Fundação Santo André (FSA) e a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Das doze instituições de ensino superior selecionadas, obteve-se o retorno de onze instituições: ENSP, UFBA, FURG, UFC, UFRGS, USCS, UTFPR, USP, UFGD, UFRGN e a UFLA.

Para elaboração do questionário, procurou-se fundamentar nas variáveis teóricas descritas na concepção de Leite (2009) para o planejamento e execução do projeto do RI. Essas variáveis prevêm as atividades que estão compreendidas entre a escolha do software que será utilizado até a elaboração das políticas que regerão o funcionamento do RI (política de conteúdo, política de submissão/depósito, política de direitos autorais, política de acesso à informação, política de preservação digital, política de gerenciamento, política de marketing e/ou comunicação).

Com relação ao tratamento dos dados provenientes do questionário foi utilizada a análise de conteúdo, que de acordo com Vergara (2006) é uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para difundir o conhecimento torna-se necessário a criação de mecanismos, dentre os quais se destacam as políticas públicas de ciência, tecnologia e pesquisa, as quais devem estar alinhadas com o movimento de acesso livre ao conhecimento, que no contexto brasileiro, merece destaque a atuação do IBICT. Com o intuito de promover o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico, o IBICT, em parceria com a FINEP, lançou o edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB, no ano de 2008 e 2009, visando apoiar projetos de implantação de RI nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) de ensino e pesquisa, de modo a possibilitar o registro e proporcionar maior visibilidade e disseminação da produção científica dessas instituições.

O kit tecnológico, fornecido por meio da adesão a este edital é composto por um servidor pré-formatado e configurado com o sistema operacional baseado na plataforma *Unix/Linux*, com os softwares *Apache*, *MySQL*, *PHP*, *Dspace* e *SEER*. O edital de 2008 foi um projeto piloto e as primeiras instituições que receberam o kit foram: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de Brasília (UnB). A UFBA foi uma das primeiras universidades brasileiras a implantar um repositório e a Universidade do Minho em Portugal, primeira instituição de língua portuguesa a instalar um RI, serviu de modelo para o projeto da instituição (JAMBEIRO et al., 2012).

Em 2009, o órgão fez algumas alterações no edital abrindo-o a outras instituições. Os resultados alcançados desde o lançamento do edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB em 2008 até 2012 consistiu na distribuição de 80 kits tecnológicos.

Esta política do IBICT foi formulada e estruturada com base em requisitos que foram estipulados como obrigatórios, visando tornar o projeto executável pelas instituições. Os elementos exigidos neste edital buscaram oferecer às instituições formas de operacionalizar o sistema, entre as quais previa: viabilizar as ações compatíveis com o modelo de interoperabilidade *Open Archives*; estabelecer uma política institucional de informação (PII) visando garantir o depósito no RI por parte de seus pesquisadores, em um prazo não superior a três meses; constituir e manter uma equipe composta por técnicos de informação e informática; manter conexão permanente com a Internet para garantir o acesso ao RI e viabilizar a coleta automática de metadados periodicamente pelo IBICT.

Diante desses requisitos estabelecidos pelo IBICT, coube às instituições pesquisadas o compromisso de viabilizar as ações necessárias à criação dos RIs, as quais puderam formular diretrizes específicas de acordo com a instituição, desde que essas não fossem contraditórias às propostas no edital FINEP/PCAL/XBDB.

5.1 Planejamento do repositório institucional

Em toda implementação de uma política pública, torna-se essencial planejar antecipadamente. Por meio do planejamento é possível fixar objetivos, definir as linhas de ação, detalhar as etapas para atingi-los e prever os recursos necessários a consecução dos objetivos (ALMEIDA, 2009). Dessa forma, decisões planejadas ajudam a dar estabilidade à organização e conseqüentemente, criam um ambiente mais equilibrado e mais produtivo.

Nesta categoria procurou-se identificar se as instituições realizaram planejamento para a criação do RI. Todas as instituições analisadas declararam ter feito um planejamento. Oito instituições entrevistadas declararam que o planejamento foi realizado por meio da formulação da PII, proposto pelo IBICT. As outras três declaram que o planejamento foi proposto em reuniões, projetos ou planos de trabalho específicos e de acordo com determinações do edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB.

Observa-se que todas as instituições realizaram o planejamento para a implementação do RI. Ele se torna essencial pois etapas e decisões como custos, objetivos, missão, comunidade envolvida, serviços oferecidos, recursos humanos, financeiros e operacionais, devem estar alinhados com a formulação de políticas para o RI, que direcionarão o repositório de acordo com os objetivos e metas propostos.

Vale ressaltar que mesmo que o planejamento tenha sido efetuado pelas instituições respondentes, essas se valerem do que foi determinado na política do IBICT, não tendo campo de atuação próprio para definir melhor o planejamento em conformidade com a sua realidade. De fato, o planejamento é a etapa crucial de toda política pública, entretanto, deve ser efetuado de acordo com o plano diretor de uma instituição e os seus recursos, quer sejam humanos ou financeiros.

5.2 Software

A escolha do *software* é de extrema importância para a implantação do RI. Existem várias plataformas para a implantação, contudo, algumas características essenciais devem estar presentes nas funcionalidades de um *software*, para que este atenda eficientemente às demandas de um repositório em sintonia com o acesso aberto (LEITE, 2009). Nesta categoria, procurou-se identificar quais os *softwares* utilizados pelas instituições e o motivo da escolha. Segundo dados do *OpenDoar*, o *Dspace* é o *software* mais utilizado no mundo e os resultados da análise confirma esse dado. O *Dspace* aparece como o *software* mais utilizado pelas instituições analisadas, mais especificamente por dez delas, e apenas a ENSP utiliza o *software* Drupal.

A maioria das instituições declarou que o motivo foi adesão ao edital da FINEP, cujo kit tecnológico já estava configurado com o *software Dspace*. Entretanto, acredita-se que a escolha desse *software* pelo IBICT se deve às várias características descritas. Além disso, permite customização e seu diferencial é ser estruturado em comunidades e coleções. Essa separação deixa clara a estrutura das unidades departamentais e dos conteúdos de cada unidade.

5.3 Formulação da Política Institucional de Informação (PII)

Como recomendado no edital do IBICT, antes da implementação do RI é necessária a elaboração da PII, a qual deve prever as decisões e ações para garantir o gerenciamento do RI e o depósito por parte dos pesquisadores.

Procurou identificar como foi o processo para formulação e implementação dessa política nas instituições analisadas. Sete instituições pesquisadas seguiram o recomendado pelo edital do IBICT, em que a proposta de formulação aconteceu antes da implementação do RI. Nas outras quatro instituições, isso ocorreu de modo diferente: em duas instituições, a formulação aconteceu durante a implementação, e em outras duas, depois da implementação do RI.

A maioria das instituições atenderam o requisito exposto no edital do IBICT. Entretanto, sabe-se que o processo de formulação e implementação de uma política é uma tarefa bastante complexa, pois pode envolver vários atores e contornos. Essa complexidade acontece, muitas vezes, pois as fases das políticas públicas não são lineares e automáticas, aparecem eventos não previstos. Além disso, a aprovação está condicionada à avaliação de atores da comunidade universitária, tais como os conselhos universitários, o setor jurídico devido a questões de direitos autorais, ou mesmo por desconhecimento da política de acesso aberto. Esses fatores podem vir a dificultar sua aprovação antes da implementação do RI. O que enseja dizer que efetivamente, a PII deve ser pensada e materializada antes da

implementação dos RIs a fim de diminuir os riscos de fracassos, bem como de evitar gastos públicos desnecessários.

Para apreciação e aprovação da PII, Rodrigues (2009) sugere que a proposta da PII, seja encaminhada para consulta junto aos órgãos da instituição. Assim, indagou-se se a PII passou por algumas das instâncias superiores das instituições para aprovação. A maioria das instituições respondeu que a política passou pelo Conselho Superior da instituição e pela reitoria antes de serem aprovadas. A equipe de uma instituição declarou *“que a PIIUFLA passou pela procuradoria, para uma análise jurídica, devido a questões específicas, como direitos autorais, propriedade intelectual”*.

Para garantir o povoamento dos repositórios é importante que as instituições formulem sua PII como mandatória, pois como visto anteriormente quando voluntária, o número de depósito é inferior se comparado ao obrigatório. Dessa forma, questionou se a PII das instituições era de caráter obrigatório, se não, em algum momento da formulação sugeriram que ela fosse mandatória. Pela análise observa-se que duas instituições declaram que suas PII são de caráter obrigatório, mas respeitam-se as políticas editoriais, outras três responderam que é obrigatória somente para teses e dissertações, cinco disseram não ser obrigatório e uma não soube responder.

Observa-se que apesar de poucas instituições terem formulado suas PII no Brasil, somente a ENSP conseguiu adotar sua política como mandatória. As políticas de depósito obrigatório são diretamente responsáveis pelas altas taxas de povoamento de RIs e a não obrigatoriedade impacta negativamente a visibilidade da produção científica brasileira.

Pelos resultados obtidos, verifica-se que apenas a formulação de uma PII não é garantia de povoamento do RI. Nesse ponto, questionou se a aprovação da PII veio garantir o depósito das publicações, cinco das instituições declararam que sim, que garantiu o depósito, mas outras seis responderam que não garantiu.

Portanto, percebe-se que a principal limitação de um RI se constitui na questão da obrigatoriedade do depósito, pois os pesquisadores com notoriedade no meio acadêmico, muitas vezes, não tem interesse ou tempo para depositar o seu material. Sendo em muitos casos os RIs são alimentados por pesquisadores em início de carreira e que almejam serem reconhecidos por seu trabalho científico.

Como um número significativo das instituições pesquisadas aprovaram a PII como não obrigatória ou obrigatória somente para alguns tipos de documentos, observa-se que isto abre precedentes para o não depósito, prejudicando a alimentação e desenvolvimento dos RIs. O ideal é que o país tenha uma política nacional de informação científica compulsória, obrigando os pesquisadores, cujas pesquisas são financiadas com recursos públicos a depositarem seus trabalhos no RI.

5.4 Política de gerenciamento

A política de gerenciamento deve definir os papéis e as responsabilidades de cada integrante da instituição envolvidos com o RI (VIANA; MARDERO ARELLANO, 2006). Nesse sentido, uma das primeiras etapas do planejamento é a constituição da equipe técnica, responsável pelo gerenciamento do RI e suas responsabilidades.

Nas instituições pesquisadas, a quantidade de pessoas que compõe a equipe está entre dois a vinte integrantes e a formação desses profissionais é variada. Quanto à estrutura da equipe técnica, questionou-se quais são os tipos de profissionais que compõe a equipe dos RIs. Os resultados apontam que os bibliotecários e analistas de sistema são os profissionais mais presentes nas equipes. Assim, dez instituições declararam que possuem bibliotecários na equipe, seis instituições possuem analistas de sistema, seis instituições possuem técnicos em informática, duas possuem estagiários e seis declaram ter outros profissionais em sua equipe

como, coordenador, professor, secretários, assistente-administrativos e terceirizados. Esses resultados vão ao encontro da sugestão de Leite (2009), que propõe que a equipe responsável pela construção do RI seja composta por profissionais com formações diferentes, no intuito de torná-la mais capacitada. Além disso, para as instituições que aderiram ao edital FINEP, a composição da equipe técnica foi uma das exigências.

Apesar de ser um dos requisitos do edital FINEP, diga-se que uma equipe multidisciplinar está mais capacitada à implantação do RI, pois da junção de conhecimentos extraem experiências diferenciais capazes de eliminar ou minorar as barreiras e com isso reduzir tempo e custo.

Vale destacar que da pesquisa realizada, verificou que a única instituição que não conta com bibliotecários em sua equipe é a FURG. Não se questionou o motivo, mas os bibliotecários são essenciais para o RI, pois mais do que quaisquer outros profissionais, lidam com a organização da informação; possuem a expertise para elaboração de políticas de formação, desenvolvimento e gestão de coleções e devem possuir familiaridade com recursos tecnológicos (LEITE, 2009).

5.5 Política de conteúdo

Nesta política são definidos os tipos de documentos que poderão ser inseridos no RI, o gerenciamento destes conteúdos, bem como os tipos de embargo.

Assim, procurou-se saber das instituições analisadas, a quantidade e os tipos de documentos depositados nos repositórios. Três das instituições estão com o repositório ativo há três anos. A equipe da UFBA declarou possuir 7.720 documentos, a USCS possui apenas 181 e a UFGD em torno de 200. Quatro instituições estão com o repositório ativo há dois anos, a FURG, com mais de três mil documentos, a UFC com mais de quatro mil, a UTFPR com 800 documentos, e a UFRGN com apenas 218 documentos. Duas instituições estão com o repositório ativo a cerca de seis meses: a ENSP e a USP. A ENSP, apesar do pouco tempo de implementação do RI, já possui um número bastante expressivo de documentos, um total de 14.602 títulos. Contudo, desse total apresenta um número muito pequeno de documentos em texto completo, apenas 283. A USP, com um RI ativo há seis meses conta com um total de 28.754 documentos já depositados.

É interessante destacar que essas duas instituições apesar de pouco tempo de implementação apresentam maior quantidade de documentos em relação às instituições anteriores.

Importante destacar que a UFRGS está com o RI ativo há cinco anos e provavelmente em virtude desse tempo é a instituição com maior número de documentos, com um total de 65.347. Por outro lado, a instituição com menor tempo de funcionamento do RI é a UFLA, ativo há somente quatro meses e contando atualmente com cerca de 415 documentos.

Nota-se que existe uma variação em relação ao tempo de funcionamento do repositório em cada instituição e o número de documentos inseridos. Mas com os dados levantados não se pode determinar a causa, pois algumas instituições com poucos profissionais na equipe e com menor tempo de funcionamento possuem maior número de documentos em relação a outras instituições que declararam ter mais profissionais. Como exemplo cita-se a USP que declarou contar em sua equipe com três profissionais e é a segunda com mais documentos, já a UFC declarou ter vinte profissionais na sua equipe e tempo de funcionamento maior que a USP, entretanto possui uma quantidade bem menor de depósitos em seu RI.

O RI permite a submissão de vários tipos de documentos, devendo a pesquisa ser “científica ou academicamente orientado” conforme Costa e Leite (2009). Nesse caso, é importante ressaltar duas questões, as quais têm relação com decisões presentes nas políticas

de funcionamento. A primeira é que “cientificamente orientado”, deve significar conteúdo reconhecido e validado pela comunidade científica, o que, por sua vez, aponta, necessariamente, para as “publicações” científicas, especialmente o artigo de periódico. A segunda é que “academicamente orientado” flexibiliza a perspectiva da validação alcançada pelo *peer review*, e contempla também outras formas de comunicação científica, mais informais, inclusive material de ensino (COSTA; LEITE, 2009, p. 164).

Ainda quanto à definição do conteúdo a ser depositados no RI, pode-se usar a abordagem rígida e a flexível. Segundo Leite (2009) a abordagem rígida prioriza conteúdos que já passaram pelo processo de avaliação pelos pares, especialmente artigos de periódicos, sejam eles *pre-prints* ou *pós-prints*. A abordagem flexível contempla, além da literatura científica avaliada por pares, outros conteúdos de natureza acadêmico-científica produzidos por membros da instituição, tais como produtos da literatura cinzenta, conteúdo audiovisual, dados brutos de pesquisa, simulações, imagens e vídeos, relatórios de pesquisa e objetos de aprendizagem, entre outros. Segundo o autor, a decisão por uma ou outra abordagem deverá ser fundamentada nas necessidades da instituição e nos objetivos estabelecidos para o repositório.

Portanto, de acordo com o autor acima mencionado, fica a cargo de cada instituição definir o que deverá ser depositado em seu RI. Pois é a própria instituição que define suas linhas de pesquisas e será a melhor conhecedora de qual conhecimento deve dar amplo acesso tanto à comunidade científica quanto aos leitores casuais, que procuram conhecimento independente da área que atuam. Desse modo, observa-se que a variedade nos conteúdos das instituições é flexível devido aos objetivos e características de cada organização.

Pelos resultados, todas as instituições analisadas fazem o depósito de artigos de periódicos científicos. Dez depositam artigos de eventos, dez depositam dissertações e teses, nove inserem capítulo de livros, oito inserem livros, seis depositam monografias, quatro fazem depósito de imagens e vídeos, três depositam resumos de trabalhos, três depositam patentes e duas citaram que depositam outros tipos de documentos como fotografias e textos para discussão.

É importante ressaltar que as instituições poderiam marcar mais de uma opção. Assim algumas inserem vários tipos de documentos no repositório. Contudo, a USP declarou possuir em seu RI somente artigos de periódicos científicos.

Por fim, salienta-se que o depósito da produção científica pelas instituições no RI promove o acesso, o armazenamento e a divulgação das informações produzidas em seu âmbito institucional e certamente promoverá o avanço da pesquisa, ensino e além de priorizar a promoção do bem público – conhecimento - a sociedade. Dessa forma, é importante que as instituições trabalhem estratégias para motivar os pesquisadores a fazerem os depósitos no RI.

5.6 Plano de marketing e/ou estratégia de comunicação

A definição de um plano de marketing e/ou estratégia de comunicação e promoção do RI é recomendada por Vianna e Mardero Arellano (2006). Os autores defendem a necessidade de definição de estratégias de marketing para dirimir as dúvidas e contornar as dificuldades relacionadas aos direitos autorais, às barreiras tecnológicas e aos valores dos pesquisadores. Ao implantar o repositório surge a necessidade de promovê-lo junto à comunidade acadêmica e externamente. É importante que se divulgue o serviço na instituição e demonstre seus benefícios.

A divulgação do repositório e o contato com os principais atores da instituição é uma estratégia importante para mostrar a importância desse instrumento para a instituição e ainda buscar apoio institucional. Dessa forma, buscou-se identificar nas instituições pesquisadas se

durante a implementação do RI foi realizado algum um plano de divulgação e, se caso afirmativo, como foi executado esse plano.

Das onze instituições analisadas apenas sete disseram que fizeram um plano de divulgação do RI. A principal forma declarada foi por meio de reuniões, palestras, folders e divulgação no site institucional e redes sociais. As outras quatro declararam não ter feito um plano de divulgação, mas declaram que desenvolveram estratégias de divulgação.

Dessa forma, pôde-se observar que todas as instituições tiveram preocupação na promoção dos repositórios perante a comunidade acadêmica.

Além do plano de divulgação, o envio aos autores das estatísticas de uso (acessos, downloads etc.) de suas publicações pode ser um instrumento importante de motivação para adesão da comunidade científica, pois demonstra o impacto de toda a produção do pesquisador. De acordo com Costa e Leite (2009), o marketing realizado com a divulgação das estatísticas de uso dos itens depositados é uma espécie de testemunho dos benefícios dos repositórios. Conhecendo os benefícios, pesquisadores se sentirão motivados a manter seus trabalhos depositados.

Assim, questionou se as instituições adotavam essa estratégia. Mas, pelos resultados, apesar da importância e das vantagens da divulgação das estatísticas, apenas sete das instituições fazem uso desse instrumento e quatro declaram que não divulgam dados estatísticos. Tal fato leva a crer que o baixo número de depósitos pode também estar relacionada à falta de interesse do pesquisador por não conhecer os benefícios de um RI, principalmente quando se trata de sua visibilidade no meio acadêmico e na sociedade e ainda o impede de conhecer como a sua produção vem sendo utilizada.

Além de promover o RI para a comunidade acadêmica, é muito importante divulgá-lo externamente. Dessa forma, com a finalidade de dar maior visibilidade ao RI e a instituição é primordial que ele seja registrado em diretórios específicos.

Assim, foi questionado se o RI das instituições estava registrado em alguma base. Dez instituições informaram que possuem tal registro e apenas a USCS informou que não possui ainda nenhum registro. As bases informadas foram: *OpenDoar*, *ROAR*, *ROARMAP*, *Drive*, *OAlster*, *Bielefeld Academic Search Engine* (BASE), Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (OAIS.BR), *RCAAP*, *Google scholar*. Apesar das onze instituições possuírem PII, apenas cinco das instituições analisadas se cadastraram no *ROARMAP*, diretório que reúne todas as políticas dos RIs de acesso aberto no mundo. O ideal seria que as demais instituições registrassem suas políticas na base para dar maior visibilidade a seus repositórios e a produção científica nacional.

Pela pesquisa realizada foi observado que ainda há muito a ser feito para a promoção do RI tanto no mundo acadêmico como na sociedade em geral. Uma das maneiras de se promover o RI e de ampliar o debate da política de acesso aberto, consiste na adoção de mecanismos para que as instituições troquem suas experiências, com intuito de encontrar a melhor solução para a divulgação e alimentação do RI.

5.7 Política de submissão/depósito

Esta política deve definir os passos que o autor deverá realizar para submeter um arquivo no RI, como regras de submissão e de depósito. Este processo pode variar, pois está condicionado ao tipo de software escolhido pela instituição. Esta política ainda deve contemplar os aspectos relativos aos direitos autorais, autoarquivamento, restrições/concessões, comunidades e coleções, etc.

Nesta categoria perguntou-se qual a modalidade de depósito praticada e as formas de autorização usadas para o depósito no RI. Quanto à modalidade de depósito praticada, nove das instituições respondentes declararam que os depósitos são feitos pelos bibliotecários, seis

declararam utilizar como forma de depósito o autoarquivamento (onde o próprio autor deposita) e duas das instituições usam outras formas de depósito. Segundo a UFRGS *“além do depósito feito pelo bibliotecário, o setor responsável pela gestão da Comunidade/Coleção do Lume também realiza os depósitos.”* A FURG declarou que não utiliza nenhuma das formas descritas, *“nossos estagiários fazem o depósito”*.

Importa ressaltar que como as instituições poderiam marcar mais de uma opção, algumas instituições praticam mais de uma modalidade de depósito ao mesmo tempo. Fato este em tese que pode determinar um aumento expressivo de depósitos, haja vista a falta de tempo dentro de uma rotina atribulada e de conhecimento geral que cerca a vida dos pesquisadores.

Apesar de todas as instituições possuírem uma PII, observa-se que esta política não garantiu que os depósitos fossem realizados apenas pelo autoarquivamento. Em nove instituições, o depósito ainda é realizado pelos bibliotecários. Por isso, é tão importante o estabelecimento de políticas de autodepósito, pois só por meio delas se garantirá o sucesso dos repositórios e o aumento nas taxas de depósito.

Quanto às formas de acompanhamento das publicações dos pesquisadores, questionou-se quais os procedimentos adotados: se o pesquisador é avisado para submeter o item, ou se existe um acompanhamento das publicações pelo Lattes. Cinco das instituições informaram que o acompanhamento é feito pelo Lattes, às outras seis declararam que o acompanhamento é feito por meio das publicações inseridas no sistema da biblioteca, pelo contato com as unidades e com os professores. Nessa questão, cabe salientar que é importante que este acompanhamento seja realizado de modo a incentivar os pesquisadores a fazerem o depósito, criando uma cultura de rotina de depósitos, pois não é prudente que os depósitos sejam feitos somente pela biblioteca. Mesmo porque se a responsabilidade dos depósitos ficar nas mãos dos bibliotecários pode haver uma demora na efetivação dos depósitos devido a sobrecarga de trabalho desses profissionais.

Ainda, procurou-se indagar das instituições se o depósito dos documentos foi retroativo, dez das instituições afirmaram que sim. Apenas a UTFPR declarou *“achamos relevante a inserção de trabalhos retroativos, mas o trabalho ainda não foi iniciado devido à falta de pessoal suficiente para desenvolver essa atividade”*.

5.8 Política de acesso à informação

Esta política diz respeito aos níveis e perfis de permissões de acesso aos itens depositados no RI, abrangendo questões como padronização dos metadados e restrições de acesso à informação (PRESTES, 2010).

O cenário ideal é que toda a produção intelectual da instituição estivesse armazenada e pudesse ser livremente distribuída na internet (LEITE, 2009). Entretanto, muitos conteúdos são de propriedades de editores científicos, os quais não concedem licença para que os autores façam o depósito de suas publicações em texto completo. Mas isso não impede que sejam depositados se estiverem sob restrição de acesso. Pois, as instituições têm a opção de descrever apenas os metadados dos conteúdos restritos.

Assim, questionou-se se as instituições coletam os metadados dos arquivos restritos. Das universidades analisadas nove responderam que existe essa obrigatoriedade da inserção no RI para arquivos restritos e apenas duas instituições disseram que não exigem essa obrigatoriedade.

Como o Brasil ainda não tem uma lei mais ampla sobre as questões que permeiam o acesso aberto, infelizmente as instituições ainda são reféns dos editores científicos que nem sempre liberam o acesso aos resultados das pesquisas, mesmo financiadas com recursos

públicos. Assim, a solução é disponibilizar as publicações de forma parcial, por meio dos metadados.

Como atividade integrante do tratamento temático da informação documental, a indexação tem por finalidade extrair termos representativos de documentos com o objetivo de referenciá-los para uma melhor recuperação. A indexação de assuntos é normalmente feita visando atender às necessidades de determinada clientela, ou seja, é preciso que se tome uma decisão não somente quanto ao que é tratado no documento, mas por que ele se reveste de provável interesse para determinado grupo de usuários (LANCASTER, 2004). Visando a padronização dos termos e melhor recuperação perguntou-se se as instituições pesquisadas usam algum tipo de controle dos termos de indexação, como o uso de vocabulário controlado ou usam termos livres.

Das instituições, sete declararam usar vocabulários controlados para definição dos termos de indexação e seis declararam usar termos livres, ou seja, as palavras-chaves atribuídas pelos autores nos documentos. A UFLA e a USP declararam usar as duas formas. Observa-se que este procedimento pode variar e depende da política de cada instituição.

Quanto à definição dos metadados, perguntou se existe formulário para cada documento e como é o processo de definição. Sete instituições pesquisadas declararam que os metadados são definidos para cada tipo de documento, as outras quatro responderam que usam o formulário único estabelecido pelo *Dspace*.

A definição dos metadados a serem utilizados para cada documento a ser inserido no repositório fica a critério de cada instituição, mas, geralmente, isso é padronizado, buscando garantir a interoperabilidade dos dados. Pois, a definição e/ou padronização dos metadados afeta diretamente o acesso e a recuperação da informação. Quanto às publicações que possuem restrições dos editores, a inserção dos metadados dos conteúdos restritos no RI também contribuirá diretamente para a visibilidade da informação.

5.9 Política de direitos autorais

Esta política refere-se às questões de direitos autorais e autorizações de publicação, como definição de licenças e formas de acesso.

Segundo Tomaél e Silva (2007), as diretrizes relativas aos aspectos legais como direitos autorais, representam um grande desafio para o gestor do RI porque devem abarcar questões relativas à licença de softwares, licença para publicação e propriedade intelectual. Segundo o autor, um RI deve ser apenas o custodiante da informação que armazena e dissemina, e não seu proprietário. Assim, é importante que os administradores do repositório fiquem atentos a questões legais. Uma forma de se garantir isso é estabelecer uma política em que o autor conceda à instituição a permissão para o depósito de suas publicações.

Os dados da pesquisa revelam que nove instituições utilizam a Licença *Creative Commons* (CC), cinco declararam usar a Licença de distribuição não exclusiva e quatro usam outros tipos de licença.

Novamente, nessa questão as instituições poderiam marcar mais de uma opção, assim pelos resultados algumas instituições usam ambas licenças. O uso de licenças permite o gerenciamento e a divulgação da produção científica pelos RIs, isso irá assegurar que a instituição se resguarde de possíveis processos quanto a questões de direitos autorais. Dessa forma, acredita-se que seja importante o uso das duas licenças, pois a CC está condicionada à autorização do depósito em repositórios pelos editores e, pela outra, o autor concede os direitos à universidade de disponibilizar a sua publicação.

De fato, a política de implementação do RI deve estar atenta aos direitos autorais, pois do contrário haverá muitos entraves e prejuízos ao RI e até mesmo para a instituição, pois no Brasil há leis que garantem o direito à propriedade intelectual. Assim, as licenças são um

provável caminho para se alimentar os RIs sem problemas, mas devem estar alinhadas a outras estratégias. Por exemplo, poderia ser definido que quando o depósito for efetuado pelo próprio pesquisador há a necessidade de autorização tácita ou implícita e ainda tratando-se de pesquisas financiadas com recursos públicos não há que se falar em autorização, pois de antemão já é de domínio público.

5.10 Política de preservação digital

Preservação digital se refere a uma série de atividades que asseguram o acesso ao material digital a longo prazo. Wheatley (2004) sumariza os objetivos da preservação digital argumentando que preservar significa que as informações: a) serão mantidas íntegras, sem danos, perdas ou alterações; b) podem ser encontradas e extraídas pelo usuário, do servidor ou arquivo; c) podem ser interpretadas e compreendidas pelo usuário; d) que estas ações podem ser realizadas em longo prazo.

No contexto dos RIs, uma estratégia importante é o uso de identificadores persistentes que garantem o acesso perpétuo aos documentos depositados independente da localização, mesmo que o recurso não exista mais. Um dos objetivos e requisitos dos repositórios digitais é referenciar de uma forma persistente os seus recursos de modo a permitir a pesquisa e recuperação dos mesmos num futuro distante (TOMAÉL; SILVA, 2007). O objetivo é que as citações para materiais arquivados permaneçam válidas por longos períodos de tempo. Para ajudar a resolver este problema, uma das funcionalidades do *DSpace* é a criação de identificadores persistentes para cada item, coleção e comunidade armazenada no sistema (IBICT, 2013).

Dessa forma, verificou se as instituições fazem uso desse identificador e qual o usado. Cinco instituições afirmaram que utilizam identificador do próprio sistema, três não souberam responder qual o identificador utilizado. Três afirmaram que utilizam o *Handle System*. Segundo a equipe da UFLA “no momento da configuração do RIUFLA, entrou-se em contato com o IBICT para saber como a instituição deveria proceder nesse sentido e foi recomendado pelo órgão que fosse usado o próprio identificador do sistema.”

Neste contexto digital, torna-se oportuna a implementação de técnicas e de políticas que vão garantir a longevidade e a acessibilidade da informação. Então é essencial que os responsáveis pelos RIs se preocupassem com este requisito, pois medidas de preservação digital vêm garantir que o objeto digital esteja acessível ao longo do tempo, mesmo porque vive-se atualmente na era da informática e os RIs devem acompanhar a evolução mundial, fazendo uso da melhor tecnologia de armazenamento digital.

5.11 Dificuldades enfrentadas

A evolução do RI está diretamente relacionada com os desafios e problemas enfrentados ao longo da implementação e gestão do repositório e são próprios de cada instituição. Nesta categoria procurou-se identificar as principais dificuldades e desafios enfrentados pelas instituições quanto à implementação dos RIs.

Quanto às dificuldades encontradas pelas instituições no momento do planejamento e implementação do RI, sete instituições pesquisadas, declaram que a maior dificuldade foi referente à elaboração da política de funcionamento do RI, a segunda maior dificuldade relatada por seis das instituições foi quanto às questões de direitos autorais, seguida da capacitação da equipe que foi apontada por cinco instituições. As dificuldades relacionadas com a infraestrutura tecnológica foram relatadas por quatro instituições e a falta de apoio institucional foi considerada por três instituições; três declararam dificuldades com a definição dos metadados, uma declarou ter tido dificuldades quanto a recursos financeiros e a UFRS

ainda informou outro tipo de dificuldade, qual seja: *“a complexidade do fluxo de trabalho, uma vez que envolve muitos setores da universidade nas várias etapas até a disponibilização no Lume”*. Ainda, segundo a equipe da UFLA *“a falta de treinamento pelo IBICT veio dificultar muito as etapas de customização do sistema, a solução foi buscar auxílio de outras instituições para implementação do RI. Além disso, o prazo estipulado é inferior à necessidade de tempo para implementação”*.

No que se referem ao contexto geral do gerenciamento de repositórios as principais dificuldades relatadas na literatura dizem respeito aos processos de gestão, como inserção de dados, coleta de informações e direitos autorais. Dificuldades que estão alinhadas aos resultados da pesquisa e que dificultaram sua implementação em confronto com a política do IBICT que estabeleceu um prazo de implementação. Outra dificuldade é quanto à resistência por parte dos pesquisadores. As estratégias de implantação em cada instituição podem variar devido a vários fatores, os quais podem mudar de acordo com o contexto local e os objetivos de cada instituição. Entretanto, as dificuldades relatadas na implementação do RI pelas instituições foram semelhantes, devido ao desconhecimento das etapas de operacionalização do sistema, falta de treinamento, além da política do IBICT ter chegado pronta e desconhecer a realidade de cada instituição.

No que se refere ao sucesso e ao desenvolvimento dos RIs, observa-se que está alinhado a um condicionante: a resistência por parte da comunidade acadêmica quanto ao depósito voluntário. Apesar de a comunidade acadêmica reconhecer o propósito do RI em divulgar e gerenciar a informação científica, ainda não há envolvimento por parte de seus pesquisadores com relação ao depósito de suas publicações. Essa prática gera impactos negativos na visibilidade da produção científica brasileira e pode ser considerada como o principal obstáculo a ser superado pelas instituições que estão implementando seus RIs. Uma boa estratégia para as instituições é compreender os fatores que influenciam o comportamento dos pesquisadores e, a partir desses resultados, elaborar ações sobre conscientização e mudança de comportamento de tais atores, fazendo-os perceber todos os benefícios de um RI.

5.12 Resultados da implantação

Nesta categoria busca-se relatar as experiências com a implantação do repositório, descrevendo as lições aprendidas, os possíveis erros quanto à implementação e o gerenciamento do repositório e os resultados alcançados.

As instituições declararam que para se garantir o funcionamento do RI é fundamental: a) estabelecer uma PII que garanta o depósito; b) compor uma equipe interdisciplinar; c) trabalhar em equipe; d) postura e apoio da administração superior; e) integração entre os diferentes atores; f) adesão dos pesquisadores e uma mudança de postura; g) manter o repositório atualizado; h) fluxo de trabalho contínuo.

Quanto aos problemas as instituições declaram: a) falta de interesse das pessoas; b) falta de uma maior articulação política das instâncias superiores; c) falta de uma política de informação definida; d) ocorrência de iniciativas isoladas de criação de repositórios na instituição; e) falta de treinamento; f) falta de envolvimento institucional; g) falta de apoio e pessoal capacitado; h) dificuldades quanto à sensibilização dos professores; h) prazo exíguo para implementação.

Na realização de qualquer política busca-se o resultado dessa ação. Assim, buscou-se indagar das instituições analisadas, quais os resultados da implantação dos repositórios. A ENSP, a FURG, a UFC e a USCS, declararam que ainda não tem como avaliar os resultados, pois o repositório ainda está em fase de desenvolvimento ou devido ao tempo de funcionamento. Segundo a equipe da UFLA, *“o repositório ainda está em fase de desenvolvimento e devido ao*

pouco tempo de implementação ainda é muito cedo para apresentar resultados concretos. Mas como resultado parcial é possível perceber que a implementação trará vários benefícios para a instituição, como visibilidade da sua produção. Além disso, com pouco tempo de implementação a equipe já está auxiliando três instituições que estão iniciando a implementação do RI”.

As outras seis declararam que, os principais resultados obtidos foram: aumento da visibilidade da produção científica e da instituição, mapeamento da produção, preservação da memória da instituição, gestão da informação científica, facilidade e rapidez no acesso à informação, elaboração de indicadores que permitem decisões gerenciais e transparência.

Pelos dados da pesquisa observa-se que a implementação do RI é uma necessidade de toda instituição cujo núcleo de atuação é a produção do conhecimento científico. A experiência até então relatada pelas instituições analisadas demonstrou que os RIs ainda estão em fase de implementação e que a política do IBICT deve ser moldada à realidade de cada uma dessas instituições. Não basta impor normas de funcionamento e esperar que os resultados venham padronizados. Cada instituição de pesquisa e ensino tem sua própria realidade e seu modo de atuar dentro da comunidade acadêmica.

Contudo, os resultados demonstram que a implementação do RI trouxe vários benefícios para as instituições. Apresenta-se como um mecanismo que propicia bons resultados, tanto para os pesquisadores quanto para a universidade. O RI é algo legitimado pelos seus propósitos de ampliar a informação em pesquisa, ciência e tecnologia.

Entretanto, para se garantir a concretização da política de acesso aberto a produção científica e conseqüentemente sua visibilidade, é necessário o apoio e o suporte as instituições que estão implementando seus RIs. E principalmente estabelecer parcerias entre os atores que envolvem a comunidade científica (os pesquisadores (autores), as instituições acadêmicas, as agências de fomento e os editores científicos) para promover o acesso e divulgação dos resultados das pesquisas a sociedade visando o bem comum.

6 CONCLUSÃO

O artigo procurou compreender a implantação de Repositórios Institucionais (RIs) em onze instituições de ensino superior brasileiras e que possuem Políticas Institucionais de Informação (PII) constituídas. Para tanto, foi necessário discorrer sobre a importância das políticas públicas de acesso aberto, descrevendo principalmente o estabelecimento de políticas mandatórias para garantir a visibilidade da produção científica. Além disso, foi apresentada as principais noções sobre RIs, descrevendo seus benefícios e suas barreiras. Abordou-se o apoio de órgãos como o IBICT e FINEP às instituições públicas e de pesquisa quanto à implementação de RIs.

Avaliando a política de criação de repositórios nas IFES pode-se observar que essa modalidade de política pública de acesso aberto tem seguido uma tendência *top down*, ou seja, a política é formulada por instituições que nem sempre serão as implementadoras, dificultando, assim o processo de implantação. As ações das instituições formuladoras - IBICT em parceria com o FINEP - ficaram restritas a elaboração de um edital, determinando os requisitos a serem seguidos pelas instituições contempladas e ao fornecimento de um Kit tecnológico para implementação dos RIs.

Os requisitos gerais norteados pelo edital do IBICT - a) viabilizar as ações necessárias para a implementação do RI compatível com o modelo de interoperabilidade *Open Archives*; b) estabelecer uma PII que garanta o depósito por parte dos pesquisadores; c) constituir e manter uma equipe composta por técnicos de informação e informática; d) manter conexão permanente com a Internet - foram assumidas quase em sua totalidade pelas instituições pesquisadas. Esse resultado corrobora com o tipo de formulação que essa política do IBICT

suscita, ou seja, uma visão *top down*, que já inicia com o atendimento a alguns pré-requisitos para que as instituições possam submeter as suas propostas de participação no edital, caso sejam aprovadas, existem vários procedimentos a serem seguidos na implementação.

Corroborando essa a visão pode-se observar na avaliação das instituições pesquisadas, que o modo como foi formulada a política pelo IBICT não contemplou todos os quesitos necessários para a efetiva operacionalização de um RI, visto que as suas diretrizes foram interpretadas como genéricas, o prazo estipulado foi inferior a necessidade de tempo para implementação e faltou apoio no que diz respeito aos treinamentos.

Outras limitações também apontadas pelas instituições quanto à implementação, foram: a) estabelecer uma PII mandatária que garanta o depósito; b) a composição de uma equipe interdisciplinar; c) o trabalho em equipe; d) postura e apoio da administração superior; e) a integração entre os diferentes atores; f) a adesão dos pesquisadores e uma mudança de postura; g) manter o repositório atualizado; h) fluxo de trabalho contínuo. Foi possível observar pelos relatos das instituições que questões que se referem à falta de uma política mandatária, falta de apoio institucional e falta de sensibilização por parte dos pesquisadores, foram as limitações centrais no desenvolvimento dos RIs.

Com relação às orientações do IBICT para implementação dos RIs nas instituições, vale destacar a centralidade que a PII assumiu, uma vez que esta deve ser compreendida como um marco regulatório para garantir a alimentação do RI por parte de seus pesquisadores, bem como o seu funcionamento. Por outro lado, a pesquisa também demonstra que as universidades não seguiram a orientação de criação de uma PII mandatária e tiveram um pouco de autonomia na operacionalização de seus RIs. Foi nesse quesito de operacionalização que se observa as principais limitações, como por exemplo, a questão do depósito e da obrigatoriedade.

A maioria das instituições pesquisadas não conseguiu tornar o depósito das publicações obrigatório, não atendendo, assim, esse critério previsto pelo IBICT. Acredita-se que isso não foi possível devido à complexidade dessa política, que envolve questões de direitos autorais, propriedade intelectual, até mesmo pelo desconhecimento da política de acesso aberto, entre outras questões. Em um primeiro momento, essas questões podem parecer abstratas, mas elas carecem de uma avaliação mais aprofundada, o que, muitas vezes, faz com que as instituições desistam de implementá-las. É importante destacar que, antes de exigir tal obrigatoriedade, é preciso trabalhar a questão do comportamento dos pesquisadores, conscientizando-os continuamente sobre a importância do RI, de modo que se crie uma cultura de depósito.

Embora a obrigatoriedade do depósito seja uma questão que ainda apresenta diferentes conotações para a comunidade acadêmica, entende-se que ela representa um elemento coercitivo fundamental para sustentabilidade do RI enquanto instrumento de política de acesso livre.

Ao redesenhar os contornos da PII proposta pelo IBICT tornando o depósito voluntário e não obrigatório como previa tal órgão, a maioria das instituições abriu precedentes para o não depósito, o que, em tese, pode prejudicar a política. Para garantir a efetividade dessa política de acesso aberto, o IBICT deverá manter o seu posicionamento e primar para que todas as instituições de pesquisa e ensino superior que aderiram à política assumam o compromisso de formularem suas PIIs como mandatárias, buscando a garantia de depósito por parte de seus pesquisadores.

Outra alternativa à política mandatária seria a equipe técnica assumir os depósitos das publicações no RI. Nas instituições públicas, entretanto, essa alternativa pode não ser viável, pois com o que se observa é um quadro enxuto de servidores, representaria uma sobrecarga de trabalho aos funcionários e não sustentável a longo prazo.

Em síntese, esse trabalho também aponta que os repositórios brasileiros ainda estão em um processo embrionário, pois a comunidade científica ainda não se deu conta da importância e dos benefícios que trará para a visibilidade de suas publicações. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a implementação de outros repositórios, servindo de referência para outras instituições que pretendem adotar esse instrumento de acesso aberto. A experiência das instituições analisadas possibilitou identificar as principais dificuldades e desafios enfrentados.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Informação em ciência, tecnologia e inovação: configurações institucionais e mediações tecnológicas. In: BRAGA, G. M.; PINHEIRO, L. V. R. **Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, 2009. p. 405-428.
- ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed., rev. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- BONGIOVANI, P.; GOMEZ, N. D.; MIGUEL, S. Opiniones y hábitos de publicación en acceso abierto de los investigadores argentinos. Un estudio basado en los datos de la encuesta SOAP. **Revista española de Documentación Científica**, Madrid, v. 35, n. 3, p. 453-467, 2012.
- BOSO, A. K. **Repositórios de instituições federais de ensino superior e suas políticas: análise sob o aspecto das fontes informacionais**. 2011. 150 p. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- COSTA, S. M. de S. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. In: MARCONDES, C. H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. 2. ed. Brasília: IBICT, 2006. p. 165-183.
- COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202.
- CULLEN, R.; CHAWNER, B. Institutional Repositories, Open Access, and scholarly communication: a study of conflicting paradigms. **The Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, Mich., v. 37, n. 6, p. 460–470, Dec. 2011.
- DUARTE, K. A. P. B.; RODRIGUES, R. S. Periódicos em acesso aberto na área do direito. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 100-120, jan./jun. 2012.
- EUROPEAN COMMISSION. Communication from the Commission to the European Parliament, the council, the European Economic and Social Committee and the committee of the regions towards better access to scientific information: boosting the benefits of public investments in research. 2012. 12 p. Disponível em: <http://ec.europa.eu/research/science-society/index.cfm?fuseaction=public.topic&id=1245>. Acesso em: 16 ago. 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HARNAD, S. **The Immediate-Deposit/Optional-Access (ID/OA) mandate: rationale and model**. Open Access Archivangelism. 2006. Disponível em: <http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/71-guid.html>. Acesso em: 17 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. Manifesto Brasileiro de apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. 2005. Disponível em: <http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. Sistema para construção de Repositórios Institucionais Digitais (DSpace) - repositórios digitais. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/>. Acesso em: 30 mar. 2013.

JAMBEIRO, O. et al. Comunicação científica: estudo de caso sobre uma política de acesso aberto para a produção acadêmica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 143-155, jul./dez. 2012.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006.

KURAMOTO, H. **A invisibilidade da produção científica brasileira**. 2011. Disponível em: <http://kuramoto.blog.br/2011/03/19/a-invisibilidade-da-pesquisa-cientifica-brasileira/>. Acesso em: 22 ago. 2013.

KURAMOTO, H. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 203-217.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009.

LEITE, F. C. L. Comunicação científica e gestão do conhecimento: enlaces conceituais para a fundamentação da gestão do conhecimento científico no contexto das universidades. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 139-151, maio/ago. 2007.

LYNCH, C. A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the Digital Age. **Association of Research Libraries**, Washington, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CEDON, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. 1, p. 21-34.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

ORTELLADO, P. As políticas nacionais de acesso a informação científica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 186-195, set. 2008.

PINFIELD, S. Paying for open access? Institutional funding streams and OA publication charges. **Learned Publishing**, Cambridge, v. 23, n. 1, p. 39-52, Jan. 2010.

PRESTES, C. Q. **Construção de políticas para repositórios institucionais: análise da ferramenta do OpenDoar**. 2010. 87 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de

Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RIBEIRO JUNIOR, D. I. et al. Implantação do repositório digital do Projeto 'Memória Científica da FAED' com Dspace: relato de experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 152-173, jan./jun. 2012.

RODRIGUES, E. **Kit de políticas open access**. Repositório de Acesso Aberto Científico de Portugal. Junho de 2009. Versão 1.0. Disponível em: http://projeto.rcaap.pt/index.php?option=com_remository&Itemid=%202&func=startdown&id=97&lang=pt. Acesso em: 20 ago. 2011.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VAN WESTRIENEN, G.; LYNCH, C. A. Academic institutional repositories. **D-Lib Magazine**, online, v. 11, n. 9, p. Sept. 2005.

VIANA, C. L. de M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios institucionais baseados em dspace e eprints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: http://eprints.rclis.org/8834/1/Trabalho_SNBU_RI_DSpace_EPrints_IES.pdf. Acesso em: 9 mar. 2012.

WHEATLEY, P. **Technology watch report: institutional repositories in the context of digital preservation**. Leeds: Digital Preservation Coalition, 2004.

XIA, J. Positioning Open Access Journals in a LIS Journal Ranking. **College & Research Libraries**, Chicago, v. 73, n. 2, p. 134-145, Mar. 2012.

XIA, J. et al. A review of open access self-archiving mandate policies. **Libraries and the Academy**, Baltimore, v. 12, n. 1, p. 85-102, 2012.

XIA, J.; MYERS, L M.; WILHOITE, S. K. Multiple open access availability and citation impact. **Journal of Information Science**, Cambridge, v. 37, n. 1, p. 19-28., Feb. 2011.

Artigo recebido em 10/09/2013 e aceito para publicação em 02/08/2014
